



O TERRITÓRIO MBYÁ-GUARANI E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Autores:

Vandreza Amante Gabriel - Universidade Regional de Blumenau - vamantegabriel@gmail.com

Marilda Rosa Galvão Checcucci Gonçalves da Silva - Universidade Regional de Blumenau - marildacheccucci@hotmail.com

Resumo:

A partir de referências teóricas e um levantamento de campo abordaremos questões que dizem respeito à organização cotidiana do grupo Mbyá-Guarani do tekoá vy'a (Aldeia Feliz) localizado em Major Gercino, Santa Catarina, Brasil. Propomos uma reflexão onde a terra e o território são considerados um bem sagrado de uso comum para os grupos indígenas em contraponto ao caráter exploratório do uso privado destinado ao consumo mercado global, todos como parte de um intenso movimento de mudança, permanência e transformação que alteram ritmos, símbolos e constroem o cotidiano. Com a apresentação dos dados parciais de uma pesquisa de doutorado ainda em curso esperamos contribuir para a discussão sobre a situação atual dos grupos indígenas, as consequências da sua relação de contato com a sociedade nacional envolvente e as mudanças que estão a ocorrer na sua relação com a terra e o seu território, sua relação com o desenvolvimento regional e o etnodesenvolvimento.

O TERRITÓRIO MBYÁ-GUARANI E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RESUMO: A partir de referências teóricas e um levantamento de campo abordaremos questões que dizem respeito à organização cotidiana do grupo Mbyá-Guarani do *tekoá vy'a* (Aldeia Feliz) localizado em Major Gercino, Santa Catarina, Brasil. Propomos uma reflexão onde a terra e o território são considerados um bem sagrado de uso comum para os grupos indígenas em contraponto ao caráter exploratório do uso privado destinado ao consumo mercado global, todos como parte de um intenso movimento de mudança, permanência e transformação que alteram ritmos, símbolos e constroem o cotidiano. Com a apresentação dos dados parciais de uma pesquisa de doutorado ainda em curso esperamos contribuir para a discussão sobre a situação atual dos grupos indígenas, as consequências da sua relação de contato com a sociedade nacional envolvente e as mudanças que estão a ocorrer na sua relação com a terra e o seu território, sua relação com o desenvolvimento regional e o etnodesenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Mbyá-Guarani; Identidade; Cultura; Território; Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

O território Guarani é marcado por muitas histórias imemoriais que orientam a cosmologia do grupo, sua visão cosmopolítica e social com a natureza (SOUSA, 2018; MENDES, 2015; DINERSTEIN, 2015, TEMPASS, 2010, VIVEIROS DE CASTRO, 1990). Este território foi marcado por projetos europeus de colonização que incluíam ocupação das suas terras, ciclos de exploração da madeira, pedras preciosas, constituição de cidades, construção de rodovias, atividade pecuária, industrial, entre muitas outras intervenções de ordem política, econômica, social, cultural e ambiental que transformaram definitivamente a sua paisagem (ASSIS & GARLET, 2004; CLASTRES, 1974; LADEIRA, 2008; LITAIFF, 2008; TODOROV, 1999). Com o passar dos tempos a invasão e divisão das terras foi um fator essencial para transformar o cenário e criar fronteiras com o apoio do Estado-Nação. Dados da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos sobre coletivos Guarani no Rio Grande do Sul (RS-Brasil), identificam que “atualmente as terras Guarani estão quase totalmente concentradas, loteadas, devastadas, ocupadas por empreendimentos diversos, tais como as grandes propriedades para o monocultivo de eucalipto, pinus, soja, arroz e/ou para a criação de parques” (LIEBGOTT, 2010,

p. 6). Segundo Cardoso de Oliveira (1976, XII) “o contato é um fenômeno extremamente dinâmico, acelerador do tempo das sociedades indígenas, de forma a integra-las irreversivelmente na história de nosso país, isto é, da sociedade global cuja expansão se deu no passado – e continua a se dar no presente – à custa da invasão de territórios tribais”. Cardoso de Oliveira (2000, p. 15) cita a diferença entre “nós” e os “outros”. “A terra ou território é certamente o primeiro desses operadores, onde o nós são os filhos da terra e os outros são os recém-chegados”. Diz que “nesse sentido, vale considerar, no que diz respeito ao processo identitário, que se trata de um espaço marcado pela ambiguidade das identidades – um espaço que, por sua própria natureza, abre-se à manipulação pelas etnias e nacionalidades em conjunção” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 17). Segundo o autor uma consequência que revela a situação atual é a “necessidade que esses povos têm de incorporar em seu modo de vida meios de sobrevivência nesse novo mundo em que foram obrigados a se inserir” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 18). Um contraponto seria a relação dos Mbyá-Guarani com a floresta, “o mato”, que é muito significativa, parte indissociável da construção da pessoa, onde existe uma constante negociação entre os elementos sociais para que se afirme esse olhar da diferença. Segundo Tempass (2011) “essa noção de interdependência entre os vários seres é muito forte entre os Mbyá-Guarani, sendo que eles primam por modificar o mínimo possível a ‘casa dos animais’, por exemplo, o mato”. Para o autor, “eles evitam interferir desnecessariamente na natureza em sua volta – no domínio da natureza, que também é domínio da humanidade e da divindade, que é a ‘casa dos animais’ e também dos homens e deuses”. Ele identificou uma relação de respeito aos seres sobrenaturais como uma “consciência ecológica” e uma “consciência cosmológica” (TEMPASS, 2011, p. 91). Um ponto fundamental da relação de respeito é a utilização do alimento e das comidas como parte de um sistema alimentar tradicional. Neste contexto, Tempass (2010) explicita as relações entre a culinária e a continuidade do grupo.

“Desta forma, preservar a culinária significa preservar o seu direito de mudanças. Ela deve mudar conforme muda o sistema cultural como um todo. E estas mudanças devem brotar do interior da própria sociedade. Com isso quero assinalar que muitos dos projetos da sociedade envolvente que visam “melhorar” a alimentação Mbyá-Guarani na verdade a estão piorando. Grosso modo, estes projetos são empreitadas assimilacionistas, porque acabam “destruindo” o sistema vigente. Quem deve buscar o “melhor” através das mudanças é o próprio grupo. Só ele sabe o que é “melhor”. Respeitar esse saber é preservar uma cultura. A preservação de uma cultura passa pelo respeito ao direito dos membros dessa cultura a traçar seus destinos” (TEMPASS, 2010, p. 284).

Para Soares (2012, p. 166) “qualquer pesquisa e/ou política pública propriamente dita, deve levar em conta a percepção dos indígenas do que seja fome, segurança ou insegurança alimentar”. Ela refere-se à forma de produção do alimento para o grupo dizendo que “tudo se atrela a própria noção de tempo, caracterizado por sua presentificação, ou seja, quando se tem algo disponível, alimento ou dinheiro, não se vislumbra o futuro, a acumulação, o lucro, práticas tão comuns da nossa racionalidade ocidental”. Segundo Ramos (1995) a organização social pela construção da família através da reciprocidade constitui uma forma de desenvolvimento das populações tradicionais. Para ela, “as complexas redes de trocas de

bens, de prestação de serviços, de alianças matrimoniais, de obrigações rituais, de pactos políticos testemunham, ao contrário, uma profunda e necessária interdependência” e, “sem a qual cada uma delas talvez não pudesse se reproduzir por muito tempo (RAMOS, 1995, p. 71). RAMOS (1995) ressalta a resistência desses povos para permanecer enquanto grupo:

“A lição que os povos indígenas nos dão é que a violência do processo de conquista não aplainou a diversidade cultural e étnica. Eles nos mostram, na sua prática social e política, que a tradição não é uma coisa fossilizada do passado que só pode persistir no isolamento. Ao contrário, tradição é o conjunto de significados – crenças, valores, saberes – que um povo construiu e vai transformando de geração a geração. É esse processo de revitalização constante da tradição que dá a cada povo indígena a força e o respaldo mental e emocional para continuar a preservar a sua especificidade étnica em meio a todas as vicissitudes que advêm do contato com a sociedade nacional que o rodeia. Essa tradição continuamente revivida é só deles e ninguém a pode tirar” (RAMOS, 1995, p. 91).

Ramos (1995, p. 33) cita a eliminação das espécies vegetais e animais em consequência dos processos de desenvolvimento: “o fato é que as sociedades indígenas, que até agora têm se mostrado as únicas que sabem lidar com o delicado jogo ecológico dos trópicos úmidos, acabam perdendo suas matas até então cuidadosamente mantidas”. Para a autora, “com a floresta desaparecem também a anta, a queixada, a paca, o veado, uma quantidade enorme de pássaros, roedores, anfíbios, assim como frutas, nozes, cocos, larvas, mel, fibras, cipós, madeira, folhas e outras fontes cruciais de alimentação e matérias-primas indígenas”. Ladeira (2008, p. 89) afirma que, “com relação à sociedade Guarani, a redução do conceito de território aos limites das terras demarcadas, além de totalmente imprópria, produz maiores conflitos e questionamentos”. COSTA (2004) explica que é necessário olhar para as territorialidades:

“Precisamos assim lutar concretamente para construir uma sociedade onde não só esteja muito mais democratizado o acesso à mais ampla multiterritorialidade – e a convivência de múltiplas territorialidades, onde estejam sempre abertas, também, as possibilidades para a reavaliação de nossas escolhas e a consequente criação de outras, territorialidades ainda mais igualitárias e respeitadoras da diferença humana. Isto porque o mundo não foi feito apenas para uma meia dúzia de privilegiados que podem efetivamente escolher em que território (s) prefere(m) a cada dia viver. Ou, de um modo mais paradoxal, apenas para aqueles que constroem um território-mundo moldado à sua exclusiva imagem e semelhança” (COSTA, 2004, p. 371).

A reflexão do modelo de organização territorial e as mudanças econômicas, sociais, culturais e ecológicas frente ao espaço e ao desenvolvimento, segundo Costa (2008, p. 97) é necessária para uma “maior articulação entre os novos discursos sobre a natureza e os processos históricos e diferentes práticas culturais que lhes dão substância”. Conceitua

desenvolvimento sustentável “em direção à ecologia política e à construção da ideia de natureza e ambiente como potencialmente catalizadores de processos de emancipação social e política” (COSTA, 2008, p. 80). SACHS (1993, p.19) diz que alguns problemas “podem ser sanados ou evitados; não há quaisquer limites ecológicos ou faltas de tecnologia que impeçam sua superação. Conclui-se que assim, que os obstáculos são sociais e políticos”. “A participação de agentes e atores das comunidades tradicionais é decisiva para a transformação do meio, para que se possa “buscar formas mais harmônicas de desenvolvimento cultural a longo prazo” (LEFF, 1976, p. 210). Leff (1976, p. 219) ressalta “o papel fundamental que tem a ação participativa da população nas estratégias de ecodesenvolvimento, como ação interdisciplinar dos científicos ligadas aos próprios grupos culturais que estão vivendo em contato com os seus ecossistemas”. Diegues (2000, p.30) afirma que “conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural, gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial e transmitidos oralmente de geração em geração”. Conceitos como ecodesenvolvimento e sustentabilidade para o autor são ambíguos. Diegues (2000, p.43) ainda pondera que “como em geral se trata de comunidades pobres, evidentemente o Estado deverá compensá-las por essa atividade com projetos de melhoria das condições de vida”. Nascimento (2008, p. 32) refere-se a “autogestão” como uma das teorias do desenvolvimento. O “Estado da autogestão”, isto é, o Estado no qual a autogestão se eleva ao poder, só pode ser de um tipo: um “Estado em extinção”. “A autogestão deve ser estudada de duas formas diferentes: como “meio de luta”, abrindo caminho, e, como “meio de reorganização da sociedade”, a transformação “de baixo para cima” da vida cotidiana e do Estado. Singer (2004, p. 3) diz que “o desenvolvimento aqui almejado é o da comunidade como um todo [...] Por isso, ele não pode ser alcançado pela atração de algum investimento externo à comunidade”. Afirma que o “desenvolvimento comunitário significa o desenvolvimento de todos seus membros conjuntamente, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição” (SINGER, 2004, p. 3). Segundo o autor “como a comunidade deve escolher uma entre muitas possibilidades, parece-nos essencial que ela mesma se apodere dos conhecimentos que lhe permitam escolher da forma mais consciente possível (SINGER, 2004, p. 4). Stavenhagen (1985, p. 37) questiona: “de que forma a etnicidade se articula ao processo de desenvolvimento?”. Responde que “primeiro, é preciso determinar as circunstâncias históricas concretas em que surgem tais movimentos e como eles se relacionam com os conflitos sociais e econômicos mais amplos de seu tempo e lugar” (STAVENHAGEN, 1985, p. 38-39). “A etnicidade, a classe, a política e o estado-nação estão inextricavelmente ligados. Existe aqui um grande espaço para a pesquisa básica”. Segundo o autor, “os planejadores e políticos de todo o mundo têm que lidar com fatores étnicos no desenvolvimento. No entanto, muitos deles preferem ignorar o assunto, porque ele pode questionar as premissas do estado-nação (STAVENHAGEN, 1985, p. 40). E reafirma: “proponho que o etnodesenvolvimento, isto é, o desenvolvimento de grupos étnicos no interior de sociedades mais amplas, deva tornar-se a principal questão da reflexão sobre o desenvolvimento, tanto teórica quanto praticamente (STAVENHAGEN, 1985, p. 41). Segundo ele “o etnodesenvolvimento é concebido como um processo dinâmico e criativo que, mais do que limitá-las, pode liberar energias coletivas para o seu desenvolvimento” (STAVENHAGEN, 1985, p. 43). Para Cal y Major (2010, p. 67) “‘la autonomía’ como paradigma, se encuentra en un proceso de construcción”. Para Santos (1999, p. 272) “a ordem global e a ordem local constituem duas situações geneticamente opostas, ainda que em cada uma se verifiquem aspectos da outra. A razão universal é organizacional, a razão local é orgânica”.

O modelo de desenvolvimento ditado pelos países colonizadores e detentores do poder econômico é baseado até os dias atuais em processos coloniais de exploração das populações e do meio ambiente. Um exemplo é a construção de hidroelétricas e barragens nos territórios tradicionais (BRIGHENTI, 2015). O Brasil, assim como outros países, necessita de alternativas, inclusive de formação e comunicação. Com a globalização, em pleno século XXI, diversos movimentos sociais e populares surgem com lutas que reafirmam identidades questionando o processo histórico de desenvolvimento e o papel do desenvolvimento regional. É uma parcela da população que se organiza para lutar pela justiça territorial, como os Mbyá-Guarani à procura da "Terra sem Mal" (CLASTRES, 1978).

OS GRUPOS INDÍGENAS E AS DINÂMICAS REGIONAIS

A questão energética no Brasil com a construção de grandes hidroelétricas é uma política que transforma o território e envolve valores muito elevados de dinheiro, o que foi prioridade em diferentes governos alterando profundamente a vida cotidiana das populações ribeirinhas e dos grupos indígenas. Entre 1973 e 1982 a Hidroelétrica de Itaipú foi construída e inaugurada sem considerar a cultura dos grupos que ali já habitavam. Em média 60 aldeias Avá-Guarani estavam estabelecidas no entorno e seus moradores foram forçados a deixarem uma área de 1.500 hectares para habitar em espaço destinado pela binacional de 250 hectares (DEPRÁ, 2006). Na maior hidroelétrica do mundo pode ser encontrado o "Museu da Terra Guarani". A metodologia se fez e o projeto continuou. A construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte em Altamira, no Pará trouxe impactos irreversíveis para a população. Entre 1975 e 2006 o governo estudou mecanismos para viabilizar e concluir a obra. A hidroelétrica no Rio Tapajós, na Amazônia, foi licitada em 2015 e cancelada em 2016 por pressão de diferentes grupos nacionais e internacionais. Hidroelétricas foram construídas nos rios Xingu, Madeira e Tapajós impactando para sempre os diferentes grupos, a vida da população. Muitos outros exemplos poderiam ser citados. O Brasil é muito diverso assim como a possibilidade de gerar energia.

Um projeto colonizador do século XVIII que impactou decisivamente os grupos Guarani no Sul da América Latina foram as "Missões Jesuíticas" da Companhia de Jesus encontradas atualmente como patrimônio cultural entre o território do Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Argentina. Os padres jesuítas construíram com trabalho escravo indígena igrejas em estilo barroco que viraram verdadeiros fortes com o intuito de catequizar os indígenas de várias maneiras, utilizando-se de ouro, pedras preciosas, prata, alimentos, plantas medicinais e tudo que poderia ter algum sentido de valor para o grupo europeu. Um fato importante é a "Guerra Guaranítica" contra espanhóis e portugueses, como consequência do Tratado de Madrid (1750). Sepé Tiarajú é lembrado até os dias atuais como um guerreiro que é parte de um movimento de resistência e considerado santo brasileiro pela igreja católica.

Outro fato importante que aconteceu no ano de 2012 foi a carta de suicídio coletivo entre os jovens Guarani-Kaiowá que percorre o mundo com a denúncia da pressão que o agronegócio está fazendo sobre o grupo no Mato Grosso do Sul. Muitas aldeias enfrentam ordem de despejo e reintegração de posse. Em 2014 a PEC 2015 foi uma tentativa de Emenda

à Constituição para alterar a demarcação de terras. A proposta visava a redução do acesso à terra onde os proprietários de grandes fazendas seriam os beneficiados. Em 2017 foi organizada a Mobilização Nacional Indígena por outra tentativa de coerção do Governo Federal pela Advocacia Geral da União (AGU) com a proposta do “marco temporal” que tentou estabelecer uma data de ocupação do território para a demarcação de terras indígenas imemoriais e deslegitimar a Constituição de 1988. Em 2018 foi o “Pacote do Veneno” proposto pela bancada ruralista no Congresso Nacional em que flexibiliza a compra e o uso de agrotóxico bem como a produção de alimentos sem controle, aumentando os danos à população e ao meio ambiente. O uso de agrotóxico no Brasil se deu por conta da chamada “Revolução Verde” nas décadas de 1960 e 1970 intensificando as práticas da monocultura com a justificativa da produção de alimentos para diminuir a desigualdade, mas não foi a realidade. As sementes transgênicas foram inseridas e o acesso a sementes crioulas foi dificultado.

Outro infortúnio do Governo Federal em 2018 foi a tentativa de venda do Sistema Aquífero Guarani, uma das maiores reservas de água da América Latina, sendo parte do Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina. Todos são projetos governamentais por estratégias de grupos de poder que atuam no governo federal. Esses são alguns dos inúmeros grandes projetos de desenvolvimento no território com intensões e modelos importados. Sempre de forma forçada. Durante a execução de todos esses projetos a população se mobilizou contra, o que nunca foi devidamente levado em consideração. Sabemos que o Brasil traz em seu DNA muitos acordos transnacionais que beneficiam em grande parte os países europeus, norte-americanos e, na atualidade, asiáticos. Alguns grupos enriquecem em detrimento dos direitos de uso comum dos recursos e formam uma pequena parcela da população que goza de seu país “colonizado” (OSTROM, 2012; FURTADO, 1978). Projetos desenvolvimentistas que alteram profundamente o território beneficiam uma pequena parcela da população, mas a propaganda é outra. Um exemplo é mineração legal e ilegal porque impacta diretamente os grupos indígenas e suas terras.

Para enfrentar tantas dificuldades os grupos indígenas reúnem-se anualmente no Acampamento Terra Livre em Brasília, que está na 15ª edição, para organizarem o cronograma de trabalho e a pauta de reivindicações. Estão organizados por grupos, regiões, territórios, por categorias de idade, por aldeias, por grupos de mulheres etc. A partir dessas discussões e a exemplo do México foi criada no Brasil a Frente Parlamentar indígena que atuou em 24 estados com candidaturas pluripartidárias para as eleições em 2018. A decisão foi pela participação nas instituições colonizadoras com maioria branca para ampliar a participação nas disputas por direitos. Segundo o Tribunal de Superior Eleitoral (TSE) foram 130 candidaturas que se declararam indígenas, em 2014 foram 85. Roraima, Amazonas e Ceará foram os estados com maior representatividade. Nessas eleições a advogada Joênia Wapichana da Rede Sustentabilidade recebeu 8.491 votos e foi eleita Deputada Federal pelo estado de Roraima. Com a pauta do ecofeminismo Kerexu Yxapyry, em português Eunice Antunes, teve uma votação expressiva com 10.252 votos sendo a primeira candidata Guarani para a câmara federal pelo PSOL. É formada em Gestão Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina e mora na Terra Indígena (TI) Morro dos cavalos, em Palhoça (SC). Outra candidata mulher foi Sônia Guajajara, muito conhecida no Movimento Indígena, mora na Terra Indígena (TI) Arariboia, Maranhão. Elas não se elegeram, mas contribuíram para dar visibilidade às questões indígenas como a demarcação de terras. Até o momento o Cacique

Xavante Mário Juruna era o único representante indígena na Câmara dos Deputados eleito pelo PDT em 1982 pelo Rio de Janeiro com mandato até 1986.

A Justiça Eleitoral contribuiu no processo e criou em 2016 o Programa Eleitor do Futuro (TRE-RR) apresentado nas escolas indígenas em parceria com a UNICEF-BRASIL. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) criou em 2018 um programa de inclusão sociopolítica em comunidades indígenas com cartilhas bilíngues em Tocantins (TRE-TO) para promover a participação de indígenas no processo eleitoral. Sessões eleitorais foram criadas em áreas indígenas bem como o cadastramento biométrico, ações que podem contribuir no processo democrático. No quadro abaixo veja-se as áreas indígenas demarcadas:

Quadro 1 - Demarcação de Terras Indígenas (TI) no Brasil

Demarcações - Brasil				
Presidente [período]	TIs Declaradas		TIs Homologadas*	
	Nº**	Extensão (Ha)**	Nº**	Extensão (Ha)**
Michel Temer [mai 2016 a set 2017]	2	1.213.449		
Dilma Rousseff [jan 2015 a mai 2016]	15	932.665	10	1.243.549
Dilma Rousseff [jan 2011 a dez 2014]	11	1.096.007	11	2.025.406
Luiz Inácio Lula da Silva [jan 2007 a dez 2010]	51	3.008.845	21	7.726.053
Luiz Inácio Lula da Silva [jan 2003 a dez 2006]	30	10.282.816	66	11.059.713
Fernando Henrique Cardoso [jan 1999 a dez 2002]	60	9.033.678	31	9.699.936
Fernando Henrique Cardoso [jan 1995 a dez 1998]	58	26.922.172	114	31.526.966
Itamar Franco [out 92 dez 94]	39	7.241.711	16	5.432.437
Fernando Collor [mar 90 set 92]	58	25.794.263	112	26.405.219
José Sarney [abr 85 mar 90]	39	9.786.170	67	14.370.486

Última atualização em 11 de Setembro de 2017. Desde então não houve novos decretos e portarias. Fonte - ISA

FONTE: Instituto Socioambiental (ISA, 2017).

Em 2018 a FUNAI reconheceu o estudo antropológico que reconhecia as terras entre os municípios de Altônia, Guaíra e Terra Roxa, na região oeste do Paraná como pertencentes ao grupo Avá-Guarani, mas os produtores do agronegócio estão em desacordo. Em Santa Catarina a atual situação fundiária das terras pertencentes ao grupo Mbyá-Guarani é diversa: seis áreas estão em estudo, uma foi identificada, cinco foram declaradas, quatro regularizadas

e uma está em situação irregular. Outra aldeia que está em processo de demarcação é a yguaporã no Amâncio em Biguaçu (SC). Neste momento não há terra em homologação. Uma parte dessas terras foram impactadas pela BR-280, portos e pela empresa BMW. Outra parte pela duplicação da BR-101 trecho Palhoça (SC) – Osório (RS) segundo dados da Comissão de Caciques Nhemonguetá. Outros grupos esperam a regularização da questão fundiária para assegurar a continuidade de suas práticas culturais. Esse é um pequeno panorama da situação em que os grupos indígenas estão inseridos. Na atualidade a qualidade da água e da terra é fator determinante para a permanência dos grupos indígenas nas aldeias, há dificuldade de acesso aos recursos monetários, serviços de saúde e educação diferenciados, entre outras questões de justiça sócio-espacial (HARVEY, 2006; SANTOS, 1999).

O Decreto do Governo Federal 6.861, de 2009, instituiu a organização da Educação Escolar Indígena em territórios etnoeducacionais. Como parte desse processo a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) criou em 2016 o curso de Licenciatura Intercultural Sul da Mata Atlântica. Em 2018 iniciaram as atividades na Licenciatura Indígena Guarani – Habilitação em Pedagogia pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) em parceria com a Secretaria Estadual de Educação (SED) onde as aulas serão ministradas na aldeia Mbyá-Guarani M'Biguaçu e o Vestibular Indígena para estudantes do Vale do Itajaí pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Muitos desafios estão colocados no caminho como a permanência dos estudantes na Universidade, o acesso à moradia, transporte, alimentação e saúde. É um desafio para o desenvolvimento dos grupos indígenas e para a sociedade envolvente na atualidade (BERGAMASCHI, 2007). Atualmente no tekoá vy'a em Major Gercino, a Escola Indígena de Ensino Fundamental nhemboe'a possui cinco professores e uma merendeira. Alguns moradores são beneficiários no Bolsa Família, há agente de saúde, pessoas aposentadas e a maioria sobrevive da venda de artesanato e de trabalhos sazonais.

Outro fator determinante para os grupos indígenas foram as políticas públicas de segurança alimentar no Brasil. Criados em 2003 os Programas do Ministério do Desenvolvimento Social de redistribuição de renda como o Fome Zero e o Programa Bolsa Família, o Programa Mesa Brasil de distribuição de alimentos do Serviço Social do Comércio – SESC, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), as ações da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) parte dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ODM/ODS) que foram determinantes para garantir a segurança alimentar e nutricional desses grupos. Em muitas das terras indígenas demarcadas não há uma agricultura de subsistência ou uma área de mata que seja suficiente para suprir as necessidades alimentares de todo o grupo para a prática da caça, da coleta e da pesca. Algumas aldeias têm contato direto com a sociedade envolvente no cotidiano, alterando suas práticas alimentares. Além disso, é necessário que a área seja produtiva, que se tenha o conhecimento sobre a plantação, sobre as sementes, as influências da lua e a água deve ser limpa. Muitos desses lugares são ilhas em meio à agricultura convencional que utiliza pesticidas e agrotóxicos na lavoura. Os indígenas em geral não utilizam esses insumos, nem mesmo sementes transgênicas. Esses aspectos convergem para a sua importância na preservação desses ecossistemas.

Podemos encontrar projetos de desenvolvimento baseados no crescimento econômico que mantêm a pobreza, a má nutrição, a violência e as desigualdades. Propomos sob esse aspecto o modelo de desenvolvimento encontrado entre os grupos indígenas, priorizando o respeito entre os seres e a relação com os não-humanos e o meio ambiente, as relações de reciprocidade, se oferecem como modelos a serem respeitados e preservados como também para refletirmos sobre o próprio desenvolvimento que vem se fazendo na nossa sociedade, contribuindo para a continuidade de práticas culturais em sua diversidade. Essa constitui a base do “Etnodesenvolvimento” (STAVENHAGEN, 1985). Pode-se também propiciar uma reflexão para se aperfeiçoar outros modelos de desenvolvimento tais como o “Não-Desenvolvimento” (THEIS, 2018), ou teorias como o “Ecodesenvolvimento” (SACHS, 1993), “Decrescimento” (LATOUCHE, 2009), “Desenvolvimento Sustentável” (MAX-NEEF, 2012), “Ecosocioeconomia” (SAMPAIO & DALLABRIDA, 2009). São muito os caminhos. Precisamos continuar a ouvir e apoiar os grupos indígenas e acreditar em um possível futuro com mais acesso à diferentes direitos e à diversidade cultural, que tem se mostrado uma fonte de enriquecimento inesgotável para pensarmos a nossa própria sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentadas na discussão e reflexão das ideias, pesquisas e conceitos dos autores acima citados o caminho que se aponta para o Desenvolvimento Regional depende de organização, planejamento, recurso financeiro, mobilidade e, principalmente, que se reconheçam as identidades e se respeitem a diversidade existente nos diferentes territórios. Espera-se contribuir com o reconhecimento da diversidade cultural como parte de processos e ações afirmativas e de aplicação de políticas territoriais e regionais.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Valéria de & GARLET, Ivori José. Análise sobre as populações Guarani contemporâneas: demografia, espacialidade e questões fundiárias, Revista de Indias, 2004, vol. LXIV, núm. 230, Págs. 35-54, 2004. Disponível via < <http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/viewFile/409/477> > Acesso em 25/07/2015.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Educação escolar indígena: um modo próprio de recriar a escola nas aldeias Guarani. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 197-213, maio/ago. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 04/07/2015.
- BRIGHENTI, Clóvis Antônio. O “desenvolvimento” versus os povos indígenas. Le monde diplomatique, Brasil, 2015. Disponível via < <https://diplomatie.org.br/o-desenvolvimento-versus-os-povos-indigenas/> > Acesso em 27/07/2018.

CAL Y MAJOR, Araceli Burguete. Autonomía: la emergencia de um paradigma en las luchas por la descolonización en América Latina. In: GONZÁLEZ, Miguel; CAL Y MAJOR, Araceli Burguete, ORTIZ, Pablo Ortiz (orgs.). La autonomía a debate: Autogobierno indígena y Estado plurinacional en América Latina. FLACSO. Quito.2010. Disponível via < https://www.iwgia.org/images/publications//0468_Libro_autonomia_a_debate_eb.pdf > Acesso em 08/01/2018.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Pioneira, 1976.

_____. Os (des)caminhos da identidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 15, n42, fev. 2000, p.7-21.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O perspectivismo ameríndio ou a natureza em pessoa. Ciência & Ambiente. UFSM. v. 1, n.1, jul. 1990, p.123-132.

CLASTRES, Hélène. Terra sem mal. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. Título Original: *Lê Societé contre l'Etat*. 1974. Tradução: Theo Santiago (artigo). Disponível em < www.sabotagem.revolt.org > Acesso em 15/ 08/ 2013.

COMISSÃO DE CACIQUES NHEMONGUETÁ. Disponível via < <https://nhemongueta.wordpress.com/> > Acesso em 02/10/2018.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. “Meio ambiente e desenvolvimento. Um convite à leitura”. In: HISA, Cássio Eduardo Viana (org.). Saberes ambientais. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

COSTA, Rogério H. da. O mito da desterritorialização: do “fim do território” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant’ Ana. Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza. In: Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 1-45.

DINERSTEIN, Ana Cecilia. The politics of autonomy in Latin America: the art of organizing hope in the twenty-first century - associate professor, Department of Social and Policy Sciences, University of Bath, UK, 2015.

FURTADO, Celso. A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina, 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 91-126.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. Tradução: Carlos Szlak. 2.ed.São Paulo: Annablume, 2006.

LADEIRA, Maria Inês. Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso. Maringá/PR: Eduem, São Paulo/SP: Edusp, 2008.

- LATOUCHE, Serge Pequeno tratado do decrescimento sereno. São Paulo: Editora WMF, 2009.
- LEFF, E. La Interdisciplina como Estrategia Científica para el ecodesarrollo. Primer Simpósio sobre ecodesarrollo. Organizado por La asociación mexicana de epistemologia. México: 1976, p. 210-230.
- LIEBGOTT, Roberto Antonio. Os Guarani e a Luta pela Terra. In: Rio Grande do Sul. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Coletivos Guarani no Rio Grande do Sul: territorialidade, interetnicidade, sobreposições e direitos específicos. Porto Alegre: ALRS/ CCDH, 2010, p. 5-10.
- LITAIFF, Aldo. Sem tekoa não há teko, sem terra não há cultura: estudo e desenvolvimento auto-sustentável de comunidades indígenas guarani. UFSC/UNISUL. Espaço Ameríndio. Porto Alegre: v. 2, n. 2, p. 115-123, jul./dez. 2008. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/download/6001/4567>> Acesso em 28/10/2014.
- MAX-NEEF, Manfred A. Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexões posteriores. Contribuição de Antonio Elizalde e Martin Hopenhayn. Tradução Rede Viva. Blumenau: Edifurb, 2012.
- MENDES, Luna. Mulheres Mbyá-Guarani: alguns apontamentos pré-campo. PPGA/UFF. Reunión de Antropología del Mercosur, 2015. Disponível via <[http://xiram.com.uy/ponencias/GT-117/Luna%20Mendes %20Mulheres%20Mby%C3%A1-Guarani.%20Alguns%20apontamentos%20pr%C3%A9-campo.pdf](http://xiram.com.uy/ponencias/GT-117/Luna%20Mendes%20Mulheres%20Mby%C3%A1-Guarani.%20Alguns%20apontamentos%20pr%C3%A9-campo.pdf)> Acesso em 26/03/2018.
- NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão: Economia Solidária e Utopia. Revista Outra Economia, volume II, nº 3, 2º semestre de 2008, p. 27-40.
- OSTROM, E. The future of the commons: beyond market failure and government regulations. London: The Institute of Economic Affairs, 2012.
- RELATÓRIO-SÍNTESE DA AVALIAÇÃO ECOSSITÊMICA DO MILÊNIO (ONU). Disponível via <<https://www.millenniumassessment.org/documents/document.446.aspx.pdf>> Acesso em 20/05/2017.
- RAMOS, Alcida Rita. Sociedades indígenas. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- SACHS, I. Estratégias de Transição para o Século XXI, desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce & DALLABRIDA, Ivan Sidney. Ecosocioeconomia das organizações: gestão que privilegia uma outra economia. Revista. FAE, Curitiba, v.12, n.2, p.17-33, jul./dez. 2009.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

SINGER, Paul. É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres? Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília: 2004.

SEVÁ FILHO, Oswaldo. Hidrelétricas na Amazônia e no Xingu uma síntese dos problemas para as populações e a natureza. Roteiro da apresentação feita no Seminário da Abep, em Campinas, 09 de novembro de 2011. Disponível via < <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/livros/article/viewFile/131/128> > Acesso em 16/10/2018.

SOARES, Mariana de Andrade. Caminhos para viver o Mbya Reko: estudo antropológico do contato interétnico e de políticas públicas de etnodesenvolvimento a partir de pesquisa etnográfica junto a coletivos Guarani no Rio Grande do Sul. [Tese de doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. UFRGS. Porto Alegre: 2012. Disponível em < http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/54094?locale=pt_BR > Acesso em 12/01/2015.

SOUSA, Emilene Leite. Laudinhos antropológicos: as crianças indígenas e os processos de demarcação de terra. Revista Tellus, Campo Grande, MS, ano 18, n. 35, p. 113-138, jan./abr. 2018. Disponível via < <http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/view/490> > Acesso em 09/08/2018

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: Uma Dimensão Ignorada no Pensamento Desenvolvimentista. Anuário Antropológico. vol. 84, 1985, p. 11-44. Disponível em < http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.dan.unb.br%2Fimages%2Fpdf%2Ffanuario_antropologico%2FSeparatas1984%2Ffanuario84_rodolfostavenhagen.pdf&ei=wSVOVK7oGs2MNsZ9gPgl&usg=AFQjCNGeNf9-bODOrpbAxPg9tmlfQV6BQ > Acesso em 01/08/2014.

TEMPASS, Martín César. “Quanto mais doce, melhor”: Um estudo antropológico das práticas alimentares da doce sociedade Mbyá-Guarani. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFRGS). Porto Alegre, 2010. Disponível em < <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000748441&loc=2010&l=9a05df39af9a9caf> > Acesso em 18/03/2013.

_____. A culinária indígena como elo de passagem da “Cultura” para a “Natureza”: invertendo Lévi-Strauss. Revista Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 69-101, jan./jun. 2011. Disponível via < <http://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/20874/12089> > Acesso em 18/03/2013.

TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. Tradução: Beatriz Perrone Moisés, Martins Fontes. 2.ed. São Paulo. 1999. Disponível via < <https://portalconservador.com/livros/Tzvetan-Todorov-A-Conquista-da-America.pdf> > Acesso em 09/08/2018.

Notícias:

Programa Eleitor do Futuro é executado pela primeira vez em escolas indígenas. Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR). Veiculada em 13/01/2016. Disponível via < <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Janeiro/programa-eleitor-do-futuro-e-executado-pela-primeira-vez-em-escolas-indigenas> > Acesso em 16/10/2018.

Inclusão Sociopolítica em Tocantins expõe a comunidades indígenas processo eleitoral. Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO). Veiculada em 19/03/2018. Disponível via < <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/inclusao-sociopolitica-em-tocantins-expoe-a-comunidades-indigenas-processo-eleitoral> > Acesso em 16/10/2018.

Após golpe, retrocesso e violações, cresce o número de candidatos indígenas. Brasil de Fato. Veiculada em 20/08/2018. Disponível via < <https://www.brasildefato.com.br/2018/08/20/apos-golpe-retrocesso-e-violacoes-cresce-o-numero-de-candidatos-indigenas/> > Acesso em 16/10/2018.

Candidaturas indígenas. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB. Reportagem veiculada em 21/09/2018. Disponível via < <http://apib.info/2018/09/21/candidaturas-indigenas/> > Acesso em 16/10/2018.

TRE-TO lança cartilhas bilíngues do projeto de Inclusão Sociopolítica das Comunidades Indígenas do Tocantins. Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. Veiculada em 21/09/2018. Disponível via < <http://www.tre-to.jus.br/imprensa/noticias-tre-to/2018/Setembro/tre-to-lanca-cartilhas-bilingues-do-projeto-de-inclusao-sociopolitica-das-comunidades-indigenas-do-tocantins> > Acesso em 16/10/2018.

Joenia Wapichana: a primeira mulher indígena eleita Deputada Federal. Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Veiculada em 10/10/2018. Disponível via < <https://cimi.org.br/2018/10/joenia-wapichana-a-primeira-mulher-indigena-deputada-federal-em-190-anos-de-parlamento/> > Acesso em 16/10/2018.